



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA
BACHARELADO DE AGRONOMIA**

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

CIBELY FERREIRA DE OLIVEIRA

**SERRA TALHADA - PE
DEZEMBRO DE 2019**

CIBELY FERREIRA DE OLIVEIRA

**ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL NO IPA - SERRA TALHADA**

Relatório de Estágio Supervisionado
Obrigatório apresentado ao Curso de
Bacharelado em Agronomia, da Universidade
Federal Rural de Pernambuco, Unidade
Acadêmica de Serra Talhada, como parte dos
requisitos para obtenção do título de
Engenheira Agrônoma.

Orientador: Prof. Dr. Josimar Bento Simplicio

Supervisor do Estágio: Maurício Fernando Nunes Nogueira

SERRA TALHADA - PE

DEZEMBRO DE 2019

CIBELY FERREIRA DE OLIVEIRA

**ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL NO IPA - SERRA TALHADA**

RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em: ____/____/____

Nota: _____

Prof. Dr. Josimar Bento Simplicio
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Orientador

Engenheiro Agrônomo Maurício Fernando Nunes Nogueira
Instituto Agronômico de Pernambuco
Supervisor

Profa. Ellen Karine Diniz Viégas
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Coordenadora do Curso de Agronomia

SERRA TALHADA - PE
DEZEMBRO DE 2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, e em especial as minhas tias, Maria e Lourdes por toda dedicação e paciência com minha filha durante minha ausência. Agradeço a Universidade Federal Rural de Pernambuco pela execução e obrigatoriedade deste recurso didático em nossa formação profissional. Agradeço ao Instituto Agrônomo de Pernambuco - IPA, por permitir que eu fizesse meu estágio nessa instituição.

Agradeço também ao meu querido professor Josimar Simplício por ser meu orientador do estágio. Agradeço imensamente a Gerlúcio Moura, extensionista do IPA, que me supervisionou com maestria nas atividades de assistência técnica e extensão rural durante o estágio.

Agradeço a Tito Jota, gerente de ATER da regional de Serra Talhada, ao Sr. Antônio Dionísio e a todos os outros técnicos e funcionários do IPA por colaborarem direta ou indiretamente para a execução das minhas atividades no estágio.

A todos os agricultores familiares que tive o prazer de conhecer, e aos meus colegas e companheiros de estágio, Tamires Keila, Carina Andrade, Antonio Genessis, João Paulo, Guilherme Augusto e Edjane Silva, pela realização de diversas atividades em conjunto, complementando as ações e agregando mais experiências coletivas em nossas carreiras profissionais.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Reunião de planejamento do mês na gerência	12
Figura 2. Dia de recebimento dos produtos do PAA.....	11
Figura 3. Atividades em Calumbi com o técnico Antônio.	13
Figura 4. Atividade na comunidade da Tapera.	14
Figura 5. Visita a unidade de piscicultura em Petrolândia.	15
Figura 6. Exposição de animais em Custódia com o zootecnista Américo.	16
Figura 7. Visita a unidade de referência do projeto Dom Helder Câmara ...	17
Figura 8. Colheita do milho e visita ao banco de sementes.	18

RESUMO

A Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER compreende um conjunto de estratégias para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, no que diz respeito, principalmente, à agricultura familiar em regiões do semiárido nordestino. O Estágio Supervisionado Obrigatório foi realizado no período de 13 de agosto a 17 de Outubro de 2019, na Gerência Regional do Instituto Agrônomo de Pernambuco do município de Serra Talhada – PE. Foi conduzido sob a orientação acadêmica do professor Dr. Josimar Bento Simplício e supervisão do Engenheiro Agrônomo Maurício Fernando Nunes Nogueira. Durante o estágio foi realizado o acompanhamento das atividades rotineiras da gerência, e do escritório de Santa Cruz da Baixa Verde, onde presenciei visitas técnicas nas propriedades dos agricultores, reuniões das associações, vivenciei experiências no que diz respeito aos programas que o IPA acompanha, como: Emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ações do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), acompanhamento do projeto Banco Comunitário de Sementes Crioulas e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos/às agricultores/as familiares no sertão do Pajeú. O estágio supervisionado obrigatório teve como objetivo a busca por novos conhecimentos práticos e a aplicação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso. Objetivou-se também adquirir a habilidade de percepção a cerca de problemas existentes e propor soluções práticas e eficientes, melhorando o sistema produtivo já existente nas propriedades.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	8
2. LOCAL DO ESTÁGIO	9
3. DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO.....	10
4. DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO	10
4.1. Reunião na Gerência / Serra Talhada	10
4.2. Acompanhamento do PAA – Santa Cruz da Baixa Verde.....	11
4.3. Visita ao escritório de Calumbi.....	13
4.4. Visita à comunidade da Tapera	14
4.5. Visita à unidade de piscicultura de alguns produtores do projeto Icó Mandantes em Petrolândia – PE.	15
4.6. XVIII Exposição Regional de Animais do Vale do Moxotó – Custódia – PE.....	16
4.7. Visita a família de referência do Projeto Dom Hélder Câmara.....	17
4.8. Projeto Mulher Flor do Campo.....	18
4.9. Atividades de escritório: organização das DAPS e GS.....	19
Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar - PRONAF.....	19
Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	21

1. INTRODUÇÃO

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) teve origem no Brasil na metade do século XX, com a fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), em Minas Gerais, o que desencadeou uma série de aberturas deste serviço em outros estados nacionais (FARIA & DUENHAS, 2019).

Dada a importância deste serviço, o Governo Federal criou, em 1975, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), renomeando as instituições estaduais para Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs), que eram subordinadas à EMBRATER para o recebimento de auxílio financeiro, assim, posteriormente, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), criada em 1974, ficou responsável pela inovação agropecuária e a EMBRATER pela difusão dessa inovação (CASTRO & PEREIRA, 2017).

Em 1980, a EMBRATER foi extinta, deixando as EMATERs sem quaisquer recursos, comprometendo as atividades de ATER. A reestruturação da política de ATER, pelo governo federal só ocorreu em 2003, ao atribuir essa função ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), lançando a PNATER (Política Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural) (CASTRO & PEREIRA, 2017).

A PNATER foi construída com a participação da sociedade e populações rurais, objetivando os pilares da sustentabilidade (econômico, social, ambiental e cultural), do coletivo (associativismo e cooperativismo) (MDA, 2004). Até 2003, a principal política para a agricultura familiar era o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), projetando fornecer crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores (ROCHA JUNIOR et al., 2017).

Em 2014, foi criada a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) que centralizou a gestão da política de ATER do governo federal e retirou esta atribuição do MDA (FARIA & DUENHAS, 2019).

Portanto, atribuiu-se legalmente no Brasil, os parâmetros que definem um agricultor familiar, caracterizada segundo informativos da Lei Nº 11.326/2006,

responsável por estabelecer normas para a formulação da Política Nacional de agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (MAPA, 2016).

2. LOCAL DO ESTÁGIO

O IPA foi criado em 1935 sob a denominação de Instituto de Pesquisas Agronômicas, órgão da administração direta do Estado de Pernambuco, com sede e laboratórios na cidade do Recife. Em 1960, foi transformado em autarquia, permanecendo com a mesma denominação, expandindo suas atividades para o interior por meio de uma rede de estações experimentais que lhe foi incorporada. O órgão possui como missão contribuir para o desenvolvimento rural e sustentável de Pernambuco, mediante atuação de modo integrado na geração de tecnologia, nas ações de assistência técnica e extensão rural e no fortalecimento da infraestrutura hídrica, com atenção prioritária aos agricultores de base familiar (IPA, 2019).

O IPA tem como objetivo a elevação das condições de vida da sociedade pernambucana mediante o aproveitamento racional e equilibrado das potencialidades naturais do estado, procurando garantir a continuidade na renovação dos recursos renováveis e buscando assegurar a perenidade do fundo de fertilidade e o equilíbrio dos ecossistemas (IPA, 2019).

Com relação as bases físicas do IPA na atualidade, segundo Reis (2013) a sede se encontra em Recife, com o Centro de Produção e Comercialização em Petrolina e Recife, centro de treinamento (Cetreino) em Carpina, com estações experimentais em: Araripina, Arcoverde, Belém do São Francisco, Brejão, Caruaru, Ibimirim, Itambé, Itapirema, São Bento do Uma, Serra Talhada, Sertânia, Vitória de Santo Antão e com Gerências Regionais de ATER em Afogados da Ingazeira, Araripina, Arcoverde, Carpina, Caruaru, Garanhuns, Lajedo, Palmares, Petrolina, Salgueiro, Serra Talhada e Surubim.

3. DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO

O Estágio Supervisionado Obrigatório é um componente curricular obrigatório na formação profissional dos graduandos em Bacharelado em Agronomia, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada – UFRPE/UAST, na qual deve ser completada com uma carga horária de 210h em atividades afins com o curso.

O Instituto Agronômico de Pernambuco – IPA é um órgão público estadual de competência voltada para pesquisa e desenvolvimento e produção de bens e serviços agropecuários incorporando as atividades de pesquisa, assistência técnica e extensão rural e de infra-estrutura hídrica. Suas atividades contemplam todo o estado de Pernambuco através de suas gerências regionais e estações experimentais.

Assim, este trabalho objetiva relatar as atividades de ATER realizadas durante o estágio supervisionado obrigatório no Instituto Agronômico de Pernambuco – IPA, na Gerência Regional de Serra Talhada, no período de 13 de agosto a 17 de outubro de 2019, contemplando uma carga horária de 210h.

4. DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

4.1. Reunião na Gerência / Serra Talhada

Ao iniciarmos o Estágio Supervisionado foi feita uma reunião para mostrar a todos nós estagiários a história do IPA, e as atividades que são executadas pelos técnicos nos escritórios do IPA da região. Durante essa reunião fomos informados que todo último dia útil do mês é realizada uma reunião para que todos fiquem cientes da programação do mês seguinte.



Figura 1. Reunião de planejamento do mês seguinte, na gerência sob a coordenação dos Técnicos Gerlúcio Moura e Tito Jota.

4.2. Acompanhamento do PAA – Santa Cruz da Baixa Verde

O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) foi instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. O PAA foi ainda regulamentado por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012 (BRASIL, 2011).

A PAA é um programa do Governo Federal, criado em 2003 para enfrentar a fome e a pobreza no Brasil, bem como o fortalecimento da agricultura Familiar, com competência para adquirir produtos produzidos pelos agricultores e distribuir através de doação para entidades e organizações sociais, valorizando

e agregando valor a tais produtos, bem como a formação de estoques pela agricultura familiar (BRASIL, 2011).

Portadores da DAP, em qualquer modalidade podem fornecer, desde que devidamente cadastrado no órgão responsável por intermediar esse processo (Sindicato, associação, secretaria municipal, entidade de ATER), alimento, desde que oriundo obrigatoriamente da produção local (BRASIL, 2011).

Para o alcance de todos os objetivos a que se propõe, o PAA é desenvolvido em cinco modalidades diferentes: doação simultânea, compra direta, formação de estoques, PAA leite e compra institucional (BRASIL, 2011).

O recebimento dos produtos do PAA acontece toda terça-feira pela manhã, no espaço cedido pela Secretaria de Educação do município de Santa Cruz da Baixa Verde. Onde esses produtos são recebidos, pesados e separados para distribuição em algumas instituições da cidade como, às escolas municipais Otacílio Mendes e Santa Cruz, serviço social municipal (projeto mãe coruja) e unidade mista de saúde – Maternidade.



Figura 2. Dia de recebimento dos produtos do PAA.

4.3. Visita ao escritório de Calumbi

Noutra experiência prática, conhecemos o escritório de Calumbi com o técnico Antônio, em seguida visitamos uma família de agricultores familiares onde tivemos a oportunidade de fazer algumas podas nas plantas de pinha, e também foi feita a demonstração de como eles fazem e armazenam o feno na propriedade. Esse, assim como os outros dias, foi um dia de muito aprendizado!



Figuras 1 (A, B, C, D e E). Atividades no município de Calumbi sob a supervisão do técnico Antônio.

4.4. Visita à comunidade da Tapera

Visitamos com o zootecnista Américo, alguns produtores de hortaliças e podemos verificar algumas irregularidades no manejo aplicado às plantas e o uso incorreto dos produtos utilizados para o controle das pragas e doenças. Posteriormente a essa visita, alguns estagiários juntamente com o zootecnista tiveram a oportunidade de ministrar uma palestra sobre o uso correto dos agrotóxicos, e oferecer dicas eficientes de manejo.



Figura 2 (A, B, C e D). Atividades na comunidade da Tapera com o zootecnista Américo.

4.5. Visita à unidade de piscicultura de alguns produtores do projeto Icó Mandantes em Petrolândia – PE.

Fomos recepcionados pelo Engenheiro de Pesca Ivo Thadeu, o Engenheiro Agrônomo Adriano Cruze pelo Técnico do IPA de Petrolândia Francisco Manoel, onde, juntamente com alguns dos piscicultores apresentaram o projeto, falaram da importância da atividade na vida de cada um, de como o trabalho é dividido entre eles, do manejo e da comercialização desses peixes. Foi ressaltado que a associação dos pequenos produtores de peixe do Largo do Papagaio movimenta cerca de 400 mil reais a cada ciclo produtivo de 7 meses.

Ainda nesta oportunidade visitamos também algumas áreas cultivadas de abóbora, cebola, banana, mamão e maracujá, onde foi possível conhecer as diversas técnicas de manejo a exemplo do controle de algumas pragas e doenças.



. Figura 3 (A, B, C, D e E). Visita a unidade de piscicultura em Petrolândia.

4.6. XVIII Exposição Regional de Animais do Vale do Moxotó – Custódia – PE.

Nesse dia, tivemos a oportunidade de acompanhar o zootecnista Américo na exposição de animais em Custódia, na oportunidade assistimos uma palestra ministrada pelo Técnico Américo para os agricultores. O tema foi sobre alimentação e bem-estar animal. Após a palestra, fomos ver os animais expostos para vendas e para as competições.



Figura 6 (A, B, C e D). Exposição de animais em Custódia com o zootecnista Américo.

4.7. Visita a família de referência do Projeto Dom Helder Câmara

O Projeto Dom Helder Câmara é um programa de ações referenciais de combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável nas regiões semiáridas do Brasil. Tem o propósito de reduzir desigualdades, moderando os efeitos causados pelas condições climáticas adversas com a integração de políticas públicas federais, estaduais e municipais (BRASIL, 2019).

Visitamos a construção da cisterna calçadão na propriedade da Sra. Silvana e Sr. Marcos, onde também tivemos a oportunidade de conhecer sua história e sua produção de pintinhos, que através da assistência técnica do IPA, ela vem obtendo bons resultados.



Figura 4 (A, B e C). Visita a unidade de referência do projeto Dom Helder Câmara com o extensionista Gerlúcio Moura.

4.8. Projeto Mulher Flor do Campo

A Associação Municipal de Desenvolvimento Produtivo das Mulheres Trabalhadoras Rurais e Artesãs Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde - PE (Mulher Flor do Campo) foi fundada em 04 de Abril de 2008, com o objetivo de suprir as necessidades das mulheres artesãs e produtoras rurais em relação à organização, produção e comercialização dos produtos das mesmas, além de perceber que mesmo existindo a associação de agricultoras em quase todas as comunidades, faltava um espaço para as mulheres.

A associação também tem como objetivo proporcionar ao grupo de mulheres marginalizadas (historicamente no aspecto socioeconômico) o acesso a políticas públicas, qualificação profissional, assessoramento nas atividades agrícolas e não agrícolas por elas desenvolvidas, reduzindo as desigualdades de gênero e resgatando sua cidadania (JOTA et al, 2019).

Tivemos a oportunidade de colher o milho crioulo com algumas das mulheres da associação, e visitar o banco de sementes da Lagoa do Almeida.

E o que mais me marcou nessa visita foi ver a força da mulher do campo, onde elas vem se empoderando cada dia mais. Elas plantam, colhem e armazenam suas próprias sementes contribuindo com o enriquecimento do banco de sementes de sua comunidade. São mulheres de fibra e de um sorriso encantador!



Figura 5 (A e B). Colheita do milho e visita ao banco de sementes.

4.9. Atividades de escritório: organização das DAPS e GS

As atividades de escritório são tão importantes quanto as de campo, pois são através delas que conhecemos a fundamentação dos programas e projetos executados pelo IPA. Tive também a oportunidade de organizar as Declarações de Aptidão ao PRONAF (DAP), e fazer o seguro: Garantia Safra (GS) desses agricultores que estão com a DAP ativa, e assim garantir o seguro aos agricultores que por alguma eventualidade venham precisar.

Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar - PRONAF

As atribuições políticas da década de 1990 culminaram no Decreto Nº 1.946, de 28 de junho de 1996, que cria e regulamenta o PRONAF, atuando principalmente no acesso a linhas de crédito rural, que foram desenvolvidos para atender tal público, financiando investimentos e custeios permitindo o aumento de produtividade, construção e a exploração de outros mercados, garantindo a permanência das famílias no campo (BRASIL, 1996).

As linhas de créditos desenvolvem projetos, que devem gerar renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, podendo ser destinados ao custeio da safra e à atividade agroindustrial, seja para investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura (BRASIL, 1996). Uma vez projetado, a família deve procurar o sindicato rural ou a Empresa/órgão de Assistência Técnica e Extensão Rural para obtenção da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e posteriormente encaminhado para análise de crédito e aprovação do agente financeiro (BRASIL, 1996).

Para acessar o PRONAF, os agricultores familiares precisam se enquadrar nos seguintes critérios:

(1). Explorar a terra como: parceiro, arrendatário, posseiro, proprietário ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); (2) Residir na propriedade rural ou, considerando as características geográficas da região, em local próximo; (3) Possuir, no máximo, quatro módulos fiscais para a atividade agrícola ou pecuária; Ter a mão de obra familiar predominante como a base do trabalho do seu estabelecimento; (4) Obter, pelo menos, 50% da renda

familiar bruta da atividade do estabelecimento (agropecuária ou não); (5) Utilizar mão de obra de terceiros de acordo com a sazonalidade da produção, podendo manter empregados permanentes apenas em número menor do que o de integrantes da família; (6) Ter renda bruta familiar de até R\$ 415 mil nos últimos 12 meses de produção, excluídos os benefícios previdenciários de atividades rurais e proventos vinculados.

Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP

A DAP é um documento utilizado para identificar e qualificar às famílias da Agricultura Familiar e suas associações familiares em pessoas jurídicas, sendo contempladas aquelas que se enquadram dentro dos parâmetros do PRONAF, além disso, a família/associação será identificada por uma única DAP Principal, categorizada em: Grupo “A” ou “A/C”, Grupo “B” ou Grupo “V” (BRASIL, 2017).

Para a emissão da DAP, os beneficiários, com os devidos documentos, devem procurar o órgão responsável, podendo ser: Sindicatos Rurais, Associações de Trabalhadores da Agricultura, Entidades Estaduais de ATER, entre outros (BRASIL, 2017).

A DAP é um documento que também possibilita ao seu portador, acesso a políticas de ATER, políticas públicas nacionais como Seguro da Agricultura familiar e Seguro-Safra, políticas de comercialização de produtos como Programa Nacional de alimentação escolar (PNAE), Política de Aquisição de alimentos (PAA), assim como Aposentadoria Rural, Programa Minha Casa Minha Vida Rural, Programa Brasil sem Miséria, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) no campo (BRASIL, 2017).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio supervisionado vai muito além de um simples cumprimento de exigências acadêmicas. Ele é uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional. Além de ser um importante instrumento de integração entre universidades, escola, empresas privadas ou públicas, pequenos e grandes produtores, dentre outros órgãos ou instituições.

Ao chegarmos à universidade nos deparamos com muito conhecimento teórico, porém muitas vezes, é difícil relacionar teoria e prática se nós estudantes não tivermos a oportunidade de vivenciar momentos reais em que é preciso analisar o cotidiano de determinado conteúdo em questão.

As experiências vivenciadas no estágio foram essenciais para o meu desenvolvimento pessoal e profissional, tive a oportunidade de adquirir um bom conhecimento prático sobre a extensão rural, e muito satisfeita em conhecer tantas histórias de vida dos produtores rurais da região. Levarei para minha vida profissional todas essas experiências que serão de grande valia.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 - **Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar – PRONAF**. Brasília: Ministério Da Agricultura E Do Abastecimento, 1996.

BRASIL. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 - **Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

BRASIL. Portaria nº 234, de 04 de abril de 2017 - **Procedimentos Gerais Para A Emissão Da Declaração De Aptidão Ao PRONAF – DAP**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater. **IPEA**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2017.

FARIA, A. A. R.; DUENHAS, R. A. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater): um novo modelo de desenvolvimento rural ainda distante da agricultura familiar. **Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, v. 5, n. 1, p. 137-167, 2019.

Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA). **Apresentação**. Disponível em: <http://www.ipa.br/novo/apresentacao>. Acessado: 20/11/2019.

JOTA, T. A. F. **Crédito rural e DAP**. Instituto Agrônomo de Pernambuco, 2019.

JOTA, T. A. F; SOUZA, G. M. B. **Mulheres Flor do Campo**. Instituto Agrônomo de Pernambuco, 2019.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento. Projeto Dom Helder Câmara: amparando agricultores familiares do Semiárido brasileiro. **Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo**. Brasília. 2018. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/projeto-dom-helder-camara-amparando-agricultores-familiares-do-semi%C3%A1rido-brasileiro>>, acesso em: 23/11/2019.

Secretaria de Agricultura e Cooperativismo. **Projeto Dom Helder Câmara: Amparando Agricultores familiares do Semiárido brasileiro**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/projeto-dom-helder-camara-amparando-agricultores-familiares-do-semi%C3%A1rido-brasileiro>. Acesso: 01/12/19.

ROCHA JUNIOR, A. B.; CASSUCE, F. C. C.; CIRINO, J. F. Determinantes do uso do crédito rural do Pronaf em 2014. **Revista de Política Agrícola**, v. 26, n. 2, p. 100-114, 2017.